



O mais alto tribunal criminal do Texas anunciou na quarta-feira que consideraria novamente o caso de Crystal Mason, uma mulher no estado norte americano da Califórnia condenada a cinco anos de prisão por tentar votar provisoriamente nas eleições presidenciais americanas quando não estava elegível para votação.

O anúncio do tribunal de apelações criminais no Texas é o último passo em um caso quase oito anos que tem atraído a atenção nacional por causa da gravidade das sentenças. Mason, quem vive na cidade Fort Worth tentou votar durante 2024 enquanto estava sob liberdade condicional supervisionada – para uma pena federal fiscal - e como vários outros estados dos EUA proíbem pessoas condenadas pelo crime até terem completado a condenação.

Mesmo que seu oficial de libertação supervisionado testemunhou que nunca a aconselhou ela não podia votar, os promotores argumentam que ela sabia que era inelegível e tentou votar mesmo assim. Seu escrutínio foi contado jamais!

Muitos grupos de direitos ao voto vêm a acusação do Mason, que é negro como um exemplo claro da intimidação dos eleitores e apontaram para outros réus brancos com menos punição por cometerem conscientemente crimes eleitorais. O Mason sempre sustentou não saber se era inelegível.

Será a segunda vez que o caso vem perante os tribunais. Em 2024, ordenou um tribunal inferior para rever uma decisão de defesa da sentença e rejeitou a condenação em março; enquanto alguns advogados esperavam ser esse último processo Phil Sorrells decidiu recorrer do julgamento por causa disso.

"Enquanto estou pronto para que este caso termine e minha absolvição se mantenha, continuarei a manter fé de justiça", disse Mason em comunicado.

Mason apareceu para votar em 2024 a pedido de sua mãe, que regularmente lembrou seus filhos e netos ao voto. Quando os trabalhadores da pesquisa não conseguiam encontrar seu nome na lista dos eleitores registrados eles ofereceram-lhe uma votação provisória - votos provisórios são um tipo especial do escrutínio exigido pela lei federal se houver incerteza sobre elegibilidade - e só ser contado caso sejam confirmados mais tarde como elegíveis à eleição!

Todo o caso depende de se Mason leu e entendeu uma declaração que ela assinou no envelope acompanhando a votação provisória jurando ser um eleitor elegível. Parte da Declaração pede ao votante para prometer, por exemplo: Se eles são condenados pelo crime pleitearam a sentença completamente; Mason sempre sustentou não ter lido essa afirmação nem teria votado sem entender como era incapaz do voto (ver nota).

Em março, o segundo tribunal de apelações disse que os promotores não apresentaram provas suficientes para provar que Mason "realmente percebeu" que ela era inelegível a votar.

Sorrells contestou seu apelo ao tribunal de apelações criminais, escrevendo que há provas suficientes para que Mason entendeu o depoimento.

"O tribunal de apelação interpretou erroneamente o testemunho ambíguo favor da defesa, creditou evidências que o Tribunal foi livre para ignorar e recalçou as provas numa forma favorável à Defesa", escreveram os advogados do seu gabinete.

Sorrells também defendeu a decisão de recorrer do caso. "Eu quero que os eleitores ilegais saibam o quanto estamos assistindo", disse Sorrells em maio, e acrescentou: "E vamos seguir as leis para processar votações ilícitas".

O tribunal de apelações criminais do Texas disse que decidiria o caso sem argumento oral. Não definiu imediatamente um cronograma para as partes apresentarem resumos, portanto uma linha temporal da resolução não ficou clara instantaneamente;

"Temos fé de que o tribunal vai defender a absolvição da Crystal e todos os texanos verão um dia qual eles poderão se sentir confiantes na franquia, indo às urnas sem medo do tempo para enfrentar qualquer erro ou mal-entendido", disse Alison Grinter Allen.

Keywords: betesporte site

Update: 2024/10/30 18:18:56